



Submetido: 30/3/2025 Avaliado: 2/9/2025 Revisado: 12/11/2025 Aceito: 10/12/2025 Publicado: 19/12/2025

A FORMAÇÃO DE INTÉRPRETES E TRADUTORES DE LÍNGUAS DE SINAIS EM CONTEXTOS DE MIGRAÇÃO: UMA ANÁLISE DE DUAS PROPOSTAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA

THE TRAINING OF SIGN LANGUAGE INTERPRETERS AND TRANSLATORS IN MIGRATION CONTEXTS: AN ANALYSIS OF TWO CONTINUING EDUCATION PROPOSALS

LA FORMACIÓN DE INTÉRPRETES Y TRADUCTORES DE LENGUAS DE SEÑAS EN CONTEXTOS DE MIGRACIÓN: UN ANÁLISIS DE DOS PROPUESTAS DE FORMACIÓN CONTINUA

ODS¹ a que a temática está vinculada: Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.

João Marcelino Santos  <https://orcid.org/0009-0007-9625-5137> ²

Rodrigo Ferreira dos Santos  <https://orcid.org/0009-0003-0802-1156> ³

Thaisy Bentes  <https://orcid.org/0000-0002-4449-192700> ⁴

Resumo: A presença crescente de pessoas surdas migrantes na região fronteiriça do estado de Roraima, impulsionada pela crise na Venezuela, tem imposto novos desafios aos tradutores e intérpretes de línguas de sinais (TILS). Esses profissionais são responsáveis por mediar o acesso de migrantes surdos a espaços públicos e privados, garantindo sua inclusão social e comunicacional. Entre os migrantes, encontram-se usuários da Língua de Sinais Venezuelana (LSV), pessoas que utilizam sinais caseiros e, em alguns casos, indivíduos que se comunicam por meio do espanhol oral e escrito. Essa diversidade linguística exige formas de atuação mais complexas, considerando a coexistência de diferentes línguas de sinais e as particularidades dos processos migratórios. Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar iniciativas de formação de TILS voltadas à atuação com pessoas surdas migrantes, com ênfase nas experiências do Programa de Extensão MiSordo. A metodologia adotada baseia-se na análise documental dos projetos formativos desenvolvidos pelo programa. Os resultados evidenciam lacunas na formação tradicional de intérpretes e destacam a necessidade de uma qualificação específica, que contemple as demandas dos contextos multilíngues e de fronteira, nos quais circulam múltiplas línguas de sinais. **Palavras-chave:** Extensão Universitária; Cursos de formação; Migração; Línguas de Sinais.

¹ Este trabalho vincula-se a 01 ou mais **ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**

² Professor da Universidade Federal de Roraima. Mestre em Letras PPGL/UFRR.

³ Professor da Universidade Federal do Amapá. Doutorando em Estudos da Tradução PGET/UFSC.

⁴ Professora da Universidade Federal do Oeste do Pará. Doutoranda em Estudos da Tradução PGET/UFSC.

Abstract: The growing presence of deaf migrants in the border region of the state of Roraima, driven by the crisis in Venezuela, has posed new challenges for sign language translators and interpreters (TILS). These professionals are responsible for mediating deaf migrants' access to public and private services, ensuring their social and communicational inclusion. Among these migrants are users of Venezuelan Sign Language (LSV), individuals who use home signs, and, in some cases, people who communicate through spoken and written Spanish. This linguistic diversity demands more complex forms of professional practice, considering the coexistence of multiple sign languages and the particularities of migratory processes. In this context, the present study aims to analyze TILS training initiatives focused on work with deaf migrants, with an emphasis on the experiences of the MiSordo Extension Program. The methodology is based on documentary analysis of the training projects developed by the program. The results reveal significant gaps in traditional interpreter training and underscore the need for specialized education that addresses the demands of multilingual and border contexts, where multiple sign languages are in use. **Keywords:** University Extension; Training Courses; Migration; Sign Languages.

Resumen: La creciente presencia de personas sordas migrantes en la región fronteriza del estado de Roraima, impulsada por la crisis en Venezuela, ha impuesto nuevos desafíos a los traductores e intérpretes de lenguas de señas (TILS). Estos profesionales son responsables de mediar el acceso de los migrantes sordos a los espacios públicos y privados, garantizando su inclusión social y comunicacional. Entre los migrantes se encuentran usuarios de la Lengua de Señas Venezolana (LSV), personas que utilizan señas caseras y, en algunos casos, individuos que se comunican por medio del español oral y escrito. Esta diversidad lingüística exige formas de actuación más complejas, considerando la coexistencia de distintas lenguas de señas y las particularidades de los procesos migratorios. En este contexto, el presente estudio tiene como objetivo analizar iniciativas de formación de TILS orientadas a la atención de personas sordas migrantes, con énfasis en las experiencias del Programa de Extensión MiSordo. La metodología adoptada se basa en el análisis documental de los proyectos formativos desarrollados por dicho programa. Los resultados evidencian lagunas en la formación tradicional de intérpretes y destacan la necesidad de una capacitación específica que contemple las demandas de contextos multilingües y fronterizos, en los cuales circulan múltiples lenguas de señas. **Palabras clave:** Extensión universitaria; Cursos de formación; Migración; Lenguas de señas.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a presença de pessoas surdas migrantes na região Norte do Brasil tem se intensificado, especialmente em razão da crise política, econômica e social na Venezuela. O estado de Roraima, por sua proximidade geográfica com o país vizinho, tornou-se a principal porta de entrada desse fluxo migratório. Nesse contexto, pessoas surdas falantes de outras línguas de sinais enfrentam barreiras significativas para sua integração local, cultural e linguística no território brasileiro (Bentes; Albano; Azeredo, 2023).

Grande parte dessas pessoas utiliza a Língua de Sinais Venezuelana (LSV) como primeira língua. No entanto, há também grupos que se comunicam por meio de sinais caseiros, desenvolvidos em contextos familiares e isolados, ou que utilizam apenas a modalidade escrita e/ou oral do espanhol. Além disso, é possível identificar casos de pessoas surdas que não adquirem nenhuma forma estruturada de comunicação. Essa diversidade linguística evidencia a complexidade dos desafios enfrentados pelos Tradutores e Intérpretes de Línguas de Sinais (TILS) que atuam em contextos migratórios no estado de Roraima (Bentes; Menezes, 2022).



Cabe ressaltar que a LSV difere da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em diversos aspectos linguísticos e culturais. Enquanto a Libras tem suas raízes históricas na Língua de Sinais Francesa (LSF), a LSV apresenta forte influência da Língua de Sinais Espanhola (LSE). Além dessas diferenças estruturais, é necessário considerar as especificidades históricas, sociais e políticas das comunidades surdas envolvidas, bem como os impactos da condição de migração forçada.

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo investigar as iniciativas de formação de TILS voltadas à atuação com pessoas surdas migrantes. Busca-se analisar essas iniciativas e identificar de que forma elas podem subsidiar a elaboração de uma possível proposta curricular de formação específica para esse campo de atuação emergente. Adota-se, como abordagem metodológica, a pesquisa qualitativa com base em análise documental. O procedimento de análise considera, além da vinculação dos autores aos cursos analisados, suas trajetórias como TILS atuantes em contextos de migração e suas experiências práticas e formativas.

Considerando que muitos migrantes venezuelanos se deslocam para outras capitais brasileiras em busca de melhores condições de vida, torna-se essencial analisar as ações locais como base para o desenvolvimento de propostas formativas destinadas a TILS de outras regiões do país. Esse movimento pode contribuir para ampliação da qualificação profissional e para o fortalecimento de práticas inclusivas e interlinguísticas.

Consoante a isso, é fundamental fomentar novas discussões sobre a formação inicial nos cursos de Letras-Libras – Bacharelado, especialmente os situados em regiões de fronteira, bem como ampliar o debate no âmbito das pós-graduações em Estudos da Tradução. A valorização dessas temáticas pode favorecer a consolidação de políticas linguísticas inclusivas e de estratégias pedagógicas mais sensíveis à pluralidade linguística das populações migrantes surdas.

Destarte, este artigo está organizado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. As seções principais incluem (i) uma discussão sobre a geopolítica da migração de pessoas surdas venezuelanas; (ii) apresentação da metodologia e (iii) análise dos resultados, com foco nas iniciativas de formação de intérpretes de línguas de sinais, culminando em uma proposta inicial de planejamento político-linguístico voltado ao campo da migração surda.

O contexto geopolítico da chegada de pessoas surdas venezuelanas ao Brasil

O fenômeno migratório tem se intensificado no norte do Brasil desde 2018, impulsionado pela crescente movimentação de pessoas na fronteira entre Santa Elena de Uairén, na Venezuela, e Pacaraima, em Roraima. De acordo com dados do Painel de Monitoramento do Fluxo Migratório da Polícia Federal (2024), entre 21 de junho de 2018 e 12 de setembro de 2024, aproximadamente 681.355 migrantes cruzaram a fronteira entre os dois países. Esse fluxo coloca o Brasil como o terceiro maior receptor de migrantes venezuelanos na América Latina (R4V, 2023).

Pacaraima, localizada no estado de Roraima, funciona como a porta de entrada para migrantes em busca de melhores condições de vida. No entanto, devido à escassez de infraestrutura para lidar com o grande número de chegadas, muitos migrantes rapidamente se deslocam para a capital. Boa Vista concentra a maior demanda por acolhimento, contando com cerca de cinco abrigos voltados ao atendimento da população migrante.

A população venezuelana traz consigo múltiplas línguas, práticas culturais e a aspiração por uma vida digna. Esse deslocamento forçado, motivado por questões de sobrevivência, gera uma série de demandas aos TILS, especialmente nas áreas da saúde, educação e assistência social. Em muitos espaços de acolhida, a recepção ocorre predominantemente em espanhol escrito e falado. No entanto, há migrantes que não utilizam esse idioma para se comunicar, como algumas pessoas surdas indígenas ou aquelas oriundas de regiões mais isoladas na Venezuela, que se inserem nesse cenário com repertórios linguísticos ainda mais restritos (Bentes et al, 2020).

Estudos recentes (Santos, 2024; Santana, 2024; Bentes e Pinheiro, 2024) destacam a presença de minorias dentro desse fluxo, como pessoas surdas e indígenas da etnia Warao, entre outras. No que se refere especificamente à população surda, há registros de sua chegada ao Brasil desde 2016 (Bentes; Teófilo; Paiva, 2020), revelando a necessidade de estratégias de acolhimento interlinguístico desde os primeiros anos da crise migratória.

Ao ingressar no Brasil, a população migrante refugiada enfrenta diversos desafios para sua integração e bem-estar, sobretudo nas áreas de trabalho, habitação e comunicação. Segundo Silva (2024), entre os principais obstáculos apontados estão as dificuldades de inserção no mercado de trabalho (20,63%) e as barreiras linguísticas (21,74%). A comunicação constitui um dos entraves centrais, visto que o domínio de uma nova língua é

condição fundamental para inclusão social. Para pessoas migrantes surdas, essa exigência torna-se ainda mais complexa, pois envolve o aprendizado de uma nova língua de sinais — além da necessidade de navegar em contextos multilíngues e multiculturais.

Nesse sentido, Lima, Bentes e Araújo observam:

A falta de informações disponíveis em Língua de Sinais impacta suas vidas cotidianas, dificultando até mesmo tarefas simples. Para as pessoas surdas migrantes, a diferença entre o espanhol e a Língua de Sinais Venezuelana (LSV) e as línguas predominantes no Brasil, como o português e a Língua Brasileira de Sinais (Libras), representa uma barreira que multiplica os desafios (Bentes; Araújo, 2024, p. 2).

De acordo com Azerêdo (2023), o estado de Roraima abriga atualmente cerca de 200 surdos oriundos da Venezuela, enquanto aproximadamente 400 já foram interiorizados para outros estados do Brasil. Um aspecto relevante é que muitos desses migrantes chegam sem o conhecimento prévio de uma língua de sinais, sem habilidades de comunicação oral e sem proficiência na escrita do espanhol. Há também casos de surdos que se comunicam exclusivamente por meio de sinais caseiros desenvolvidos no seio familiar (Santos; Bentes; Albano, 2023).

Diante desse quadro, os TILS se deparam com uma série de novos desafios. A atuação em contextos comunitários e em espaços públicos exige não apenas competência linguística, mas também sensibilidade intercultural, conhecimento de políticas migratórias e habilidades de mediação social. Esses aspectos ampliam significativamente as responsabilidades atribuídas a esses profissionais, como será aprofundado na seção seguinte.

Interpretação e tradução comunitária em contexto de migração

As pessoas surdas no Brasil têm direitos fundamentais assegurados, como o acesso à educação, à justiça e a outros serviços públicos essenciais, conforme a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (Lei de Libras), regulamentados pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Para pessoas surdas em situação migratória, esses direitos são complementados por garantias previstas na Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei da Migração), que estabelece princípios de acolhimento humanitário e de respeito à diversidade linguística e cultural.

A presença do TILS é considerada um recurso político e social fundamental para a promoção da acessibilidade comunicacional, conforme destaca o Decreto nº 5.626/05. Entretanto, tanto o Decreto quanto a Lei de Libras e a Lei nº 12.319/10, que regulamenta a

profissão de TILS, limitam a atuação ao par linguístico Libras–Português, deixando de contemplar outras línguas de sinais utilizadas por pessoas surdas migrantes.

Essa lacuna legislativa contraria princípios estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que defende o direito de todo indivíduo à comunicação em sua própria língua materna. Além disso, observa-se que, na prática, a oferta de serviços de tradução e interpretação Libras-Português ainda é bastante limitada no Brasil, sendo frequentemente efetivada apenas no ambiente educacional.

Rodrigues (2010) destaca que os TILS atuam em múltiplos contextos — educacional, jurídico, comunitário, conferências, entre outros —, cada qual com exigências e especificidades próprias. Nesse espectro, Origuela (2014) define a interpretação comunitária da seguinte maneira:

A Interpretação Comunitária caracteriza-se por qualquer tipo de interpretação dirigida a um cliente e um prestador de serviços dentro de contextos hospitalar, forense, judiciário e similares. Serve àqueles que vêm de outros países, imigrantes ou os que buscam asilo político, como refugiados, a se comunicarem e acessarem os serviços educacionais, judiciários e médicos daquele país em que residem agora, mas, não sendo fluentes na língua, necessitam da ajuda de um intérprete (Origuela, 2014, p. 2).

Gorovitz, Carneiro e Martins (2022, p. 2), complementam essa visão ao afirmarem que:

A intensificação das migrações no século XXI, e a modalidade da Interpretação Comunitária (doravante IC) tem ganhado visibilidade. Requerida em contextos institucionais para possibilitar que pessoas que não falam a(s) língua(s) oficial(is) do país possam interagir com provedores de serviços públicos, o intérprete comunitário acaba oportunizando e colaborando para a promoção de direitos (Gorovitz; Carneiro; Martins, 2022, p. 2).

No âmbito do Programa Interinstitucional de Apoio a Migrantes Surdos (MiSordo), observam-se iniciativas concretas de formação e atuação nesse contexto. Os TILS, nesses cenários, assumem um papel crucial em múltiplos espaços, que vão desde o ambiente escolar até os processos de solicitação de refúgio, regularização documental e atendimento em saúde e assistência social.

Para pessoas migrantes surdas, as principais necessidades comunicacionais concentram-se nas áreas de saúde, documentação trabalhista e legislação da permanência no Brasil, conforme apontam Lima, Bentes e Araújo (2024). As atividades de tradução e interpretação frequentemente envolvem os pares linguísticos Português–LSV e Espanhol–LSV, além de mediações entre Libras e LSV, a depender do contexto e dos

interlocutores envolvidos. Também são recorrentes demandas relacionadas a questões trabalhistas e à formalização de Boletins de Ocorrência e ao acesso a programas sociais.

Diante dessas especificidades, torna-se evidente que a atuação do TILS em contextos de migração requer formação especializada. Como observa Silva (2024, p. 54), “a falta de formação de intérpretes comunitários é vista por muitos estudiosos como não apenas um empecilho para o desenvolvimento interno da profissão, mas também como um obstáculo para a prestação de serviços eficazes”. Nesse sentido, a simples proficiência em duas línguas — Libras e Português, por exemplo — não é suficiente. É necessário que o TILS desenvolva um conjunto de competências voltadas a mediação intercultural, à atuação em situações de vulnerabilidade e ao enfrentamento de contextos multilíngues e multiculturais (Origuela, 2021).

Além da dimensão técnica, essa formação deve abranger também aspectos éticos, políticos e sociais da atuação profissional, promovendo o reconhecimento da interpretação comunitária como campo de especialidade dentro da tradução e da interpretação em línguas de sinais. A consolidação desse campo é condição essencial para garantir o acesso a direitos e a inclusão plena de pessoas surdas migrantes no Brasil.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho adota uma abordagem qualitativa, por meio da qual se busca examinar “[...] aspectos muito específicos, focando em um nível de realidade que não pode ser medido. Trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (Michaliszyn; Tomasini, 2012, p. 85). Considera-se que os dados obtidos e analisados sob essa perspectiva podem oferecer respostas mais eficazes às questões centrais da pesquisa, possibilitando uma compreensão mais aprofundada e contextual do tema em estudo.

Além disso, recorre-se a análise documental, conforme aponta Figueiredo (2007), ao destacar que o conceito de documento transcende a noção restrita de textos escritos ou impressos abrangendo também materiais digitais, registros visuais e outros suportes que expressam práticas institucionais e pedagógicas.

Para esta investigação, foram utilizados como corpus os projetos dos cursos “Curso de Interpretação Comunitária para Migrantes e Refugiados” e “Curso Políticas Linguística para

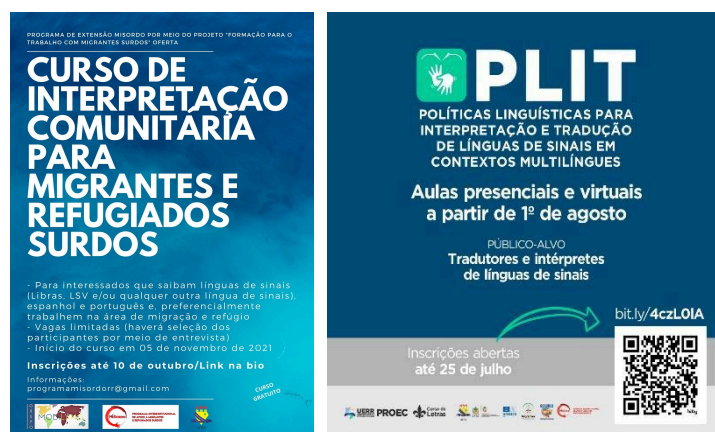


Interpretação e Tradução (PLIT) de Línguas de Sinais em Contextos Multilíngues”, ambos desenvolvidos pelo Programa MiSordo da UFRR.

O primeiro curso foi realizado em parceria com o projeto de pesquisa Mobilang⁵. Já o segundo curso contou com a colaboração da Universidade Estadual de Roraima (UERR), da Associação de Tradutores e Intérpretes de Roraima (ASSOTILS), o Coletivo de Migrantes Surdos (MigranSor⁶) e da Cátedra UNESCO em Políticas Linguísticas para o Multilinguismo. O curso está formalmente vinculado à UERR, instituição responsável pela certificação dos participantes.

Dessa forma, optou-se por analisar os cursos de formação de TILS promovidos pelo MiSordo, conforme indicado nas Figuras 1 e 2. Os documentos selecionados para análise são os projetos das respectivas ações de extensão, pois permitem explorar tanto as práticas formativas quanto os conteúdos abordados. A escolha desse material possibilita refletir sobre propostas pedagógicas que possam ser incorporadas à formação de TILS em contextos multilíngues e de vulnerabilidade social.

Figura 1 e 2 - Cartazes de divulgação dos cursos



Fonte: Facebook MiSordo. (2025)

O Programa MiSordo é vinculado a Universidade Federal de Roraima (UFRR) e a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Criado em 2020, o programa nasceu a partir do interesse de estudantes do curso de Bacharelado em Letras-Libras da UFRR em atender às necessidades emergentes da comunidade surda venezuelana. O contexto da crise

⁵ Mais informações sobre o projeto disponíveis em: <http://www.mobilang.unb.br/>.

⁶ Criado oficialmente em abril de 2024, atualmente conta com cerca de 70 integrantes.

migratória e a pandemia de COVID-19 serviram como impulso inicial para a criação do programa, que teve início como um projeto.

Em 2022, o MiSordo foi ampliado e passou a integrar também a UFOPA, consolidando sua atuação em resposta às demandas crescentes da população surda migrante, intensificadas pelos desafios socioeconômicos vivenciados na Venezuela (Lima, Bentes e Araújo, 2024).

Segundo Bentes e Menezes (2022), o Programa MiSordo desenvolve diversas frentes de atuação, abrangendo desde o acesso à justiça até a formação de agentes humanitários, organizações sociais, tradutores e intérpretes de línguas de sinais, entre outras áreas. O programa exerce um papel estratégico na articulação de políticas de inclusão e no fortalecimento da rede de apoio às pessoas migrantes surdas, promovendo sua integração e garantindo o respeito aos direitos linguísticos.

Além disso, enquanto projeto extensionista, o MiSordo busca estabelecer vínculos entre os saberes acadêmicos produzidos na universidade e os conhecimentos presentes nas comunidades atendidas, valorizando práticas culturais e linguísticas locais e promovendo uma formação mais sensível às realidades multilíngues e multiculturais da região.

Antes de adentrar na análise comparativa das formações, é fundamental apresentar a estrutura e os principais aspectos dos cursos analisados neste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Curso de Interpretação Comunitária para Migrantes e Refugiados, objeto principal desta investigação, teve como propósito, com base nas informações disponibilizadas no site da UFRR, introduzir os participantes aos conceitos fundamentais relacionados à atuação do intérprete comunitário. A formação visava preparar profissionais para o início de sua trajetória no contexto da interpretação comunitária, com foco na mediação linguística em contextos de migração. Essa iniciativa integrou o projeto "Formação para o Trabalho com Migrantes Surdos", desenvolvido pelo Programa MiSordo.

Realizado em parceria com o projeto de pesquisa Mobilang, da Universidade de Brasília (UnB), o curso teve início em 5 de novembro de 2021 e encerrou-se em 6 de abril de 2022. A formação foi ministrada pela professora Jaqueline Nordin, reconhecida por sua experiência na capacitação de intérpretes comunitários, e contou ainda com a participação dos

professores Daniel Sousa de Oliveira, Tamiris Naibi de Castro Santos, Lira Matos Martins e Francis Lobo Botelho Vilas Monzo.

De caráter introdutório, o curso teve carga horária total de 100 horas, realizadas integralmente em formato remoto. As atividades incluíram aulas síncronas, tarefas assíncronas e trabalho colaborativo com serviços públicos, instituições e agências de migração. Também foram realizadas atividades de tradução envolvendo diferentes pares linguísticos, como LSV-Libras, Espanhol-LSV/Libras e Português-LSV/Libras, além de outras línguas de sinais, considerando a diversidade dos participantes e dos contextos.

Para ingressar na formação, era necessário comprovar proficiência em pelo menos duas línguas, sendo uma delas a língua de sinais, além de ter acesso à internet. Por estar vinculado à coordenação conjunta com o programa Mobilang, não foi possível obter a grade curricular completa do curso, uma vez que a responsabilidade pela documentação ficou sob a gestão da UnB, que, até o momento de submissão deste artigo, não atendeu à solicitação de compartilhamento. Ainda assim, registra-se a relevância dessa iniciativa pioneira voltada à formação de TILS para atuação com pessoas surdas migrantes em situação de vulnerabilidade.

O segundo curso analisado, intitulado “Curso Políticas Linguísticas para Interpretação e Tradução de Línguas de Sinais em Contextos Multilíngues”, encontra-se em andamento, com início em primeiro de agosto de 2024. Seu objetivo é promover debates e compartilhamento de experiências acerca da atuação de TILS em contextos comunitários, com ênfase em regiões de fronteira e em processo de migração.

A proposta formativa busca capacitar os participantes para refletirem criticamente sobre suas práticas profissionais, sobretudo quando envolvem a interação com usuários de diferentes línguas de sinais, como é o caso da comunidade surda migrante venezuelana. O curso conta com suporte tecnológico por meio da plataforma Moodle da UERR, onde são disponibilizados materiais de apoio, modelos e atividades propostas.

A carga horária total do curso é de 180 horas, das quais 40 horas são especificamente dedicadas ao aprendizado da LSV. O público-alvo compreende TILS já em exercício profissional e estudantes em fase final de cursos na área de Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais. A seguir, apresentam-se os dados relativos à estrutura curricular e às atividades propostas no curso, com base nos documentos analisados.

Quadro 1 – Grade curricular do curso PLIT de Línguas de Sinais em Contextos Multilíngues

DATA	TEMA/DISCIPLINA
03 de ago. 2024	Políticas Linguísticas e Multilinguismo
17 de ago. 2024	A emergência dos Estudos Surdos Migratórios
31 de ago. 2024	Interpretação Comunitária
14 de set. 2024	Acolhimento linguístico e migração
28 de set. 2024	Oficina de LSV
26 de out. 2024	Direitos Linguísticos Migratórios
09 de nov. 2024	Formação de TILS e Migração de surdos
23 de nov. 2024	Acesso à justiça e a interpretação para grupos vulneráveis
07 de dez. 2024	Glotopolítica e minorias linguísticas
11 de jan. 2025	Políticas Linguísticas para pessoas surdas no Brasil
25 de jan. 2025	Políticas Linguísticas para a Interpretação e Tradução de Línguas de Sinais
08 de fev. 2025	Oficina de LSV
22 de fev. 2025	Oficina de LSV
08 de mar. 2025	Oficina de LSV
22 de mar. 2025	Oficina de LSV

Fonte: Dados cedidos pelo Programa MiSordo. (2025)

A seleção para participação no curso priorizou profissionais atuantes em regiões fronteiriças, em contextos migratórios ou em grandes centros urbanos com presença significativa de migrantes. Inicialmente, o curso foi idealizado para ser oferecido presencialmente, apenas para residentes em Boa Vista. No entanto, optou-se pela realização integralmente online, o que permitiu a ampliação do público-alvo. Foram disponibilizadas 40 vagas para TILS do estado de Roraima e 60 para profissionais de outras localidades. As atividades ocorrem quinzenalmente, aos sábados, no período da tarde, com duração entre duas e quatro horas por encontro.

A estrutura curricular do curso foi organizada para abranger uma diversidade temática, conforme apresentado no Quadro 1. Entre os temas abordados, destacam-se Políticas Linguísticas e Multilinguismo, a emergência dos Estudos Surdos Migratórios, Interpretação Comunitária, Acolhimento e Direitos Linguísticos Migratórios, Glotopolítica e minorias linguísticas. Além disso, foram promovidas oficinas específicas sobre a LSV, visando ao aprimoramento do repertório linguístico dos participantes.

As aulas foram ministradas por docentes de instituições de ensino superior, entre elas a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), a UFRR, a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e as

universidades Federal e Estadual de Roraima (UFRR e UERR). Os professores convidados possuem ampla experiência nos temas abordados. A oficina de LSV foi conduzida pelo Coletivo MigranSor, composto por surdos imigrantes venezuelanos residentes em Roraima.

A carga horária total do curso inclui, além das aulas teóricas, atividades de orientação, estágio supervisionado e produção final. Segundo os documentos fornecidos pelo Programa MiSordo, os produtos finais elaborados pelos participantes têm como objetivo fornecer uma base prática para o trabalho com outras línguas de sinais e disponibilizar esses materiais às comunidades usuárias. Cada participante deve escolher um dos três formatos propostos para elaboração do produto final:

- Tradução – Tradução de um objeto textual, como cartilhas, folders, artigos, leis, decretos, páginas da internet, transmissões ao vivo (lives), entrevistas, poesias, entre outros.
- Produção acadêmica – Redação de um artigo científico, ensaio ou relato de experiência, ou realização de entrevista com um(a) dos(as) docentes do curso sobre a temática do curso.
- Sinalário – Elaboração de um sinalário multilíngue contendo, no mínimo, 25 sinais.

Considerando a ausência de acesso à grade curricular do primeiro curso, a análise concentrou-se prioritariamente no curso de 180 horas, atualmente em andamento. Ainda assim, observa-se que ambos os cursos demonstram uma clara preocupação em oferecer subsídios formativos capazes de responder às demandas dos contextos migratórios.

A ênfase em temáticas como acolhimento e direitos linguísticos, por exemplo, revela o compromisso com uma formação crítica, capaz de instrumentalizar os TILS para os desafios da atuação em contextos multilíngues. A inclusão de oficinas de LSV também se mostra estratégica, uma vez que o domínio dessa língua de sinais é fundamental para a comunicação com parte significativa da população surda migrante atualmente presente no país.

Diante desse cenário, com base na análise das formações e na experiência pelos autores enquanto TILS e formadores, apresentam-se, a seguir, algumas sugestões iniciais voltadas ao aprimoramento da formação de TILS. Trata-se de uma discussão urgente e necessária, sobretudo para que atuem em contexto de fronteira.

Essas sugestões podem ser compreendidas como uma contribuição inicial ao debate sobre o planejamento político-linguístico. Conforme argumenta Calvet (2007), toda escolha linguística, ainda que individual, integra o campo das políticas linguísticas. No entanto, é o

Estado quem detém os meios e o poder de transformar essas escolhas em planejamento estruturado e efetivo: “o planejamento linguístico agirá sobre o ambiente, para intervir no peso das línguas, na sua presença simbólica” (Calvet, 2007, p. 73), “apenas o Estado tem o poder e os meios de passar ao estágio do planejamento, de pôr em prática suas escolhas políticas” (Calvet, 2007, p. 20-21).

Com base nesse referencial, nas experiências dos autores como formadores de TILS e como atuantes em contextos multilíngues, este estudo propõe algumas sugestões para a formação de TILS voltada à atuação em contextos migratórios. No âmbito da graduação, recomenda-se que o currículo do curso de Letras-Libras da UFRR:

- a) Reconheça a importância da inclusão de disciplinas, projetos e pesquisas voltadas à LSV e às questões culturais e migratórias associadas;
- b) Contemple conteúdos relacionados à diversidade linguística e cultural de surdos de outras nacionalidades, especialmente as línguas em circulação na região norte do país;
- c) Promova experiências formativas em contextos multilíngues e migratórios, alinhadas à realidade da atuação dos TILS em Roraima;
- d) Estimule o desenvolvimento de pesquisas e projetos de extensão voltados às questões migratórias e à inclusão linguística.

Essas recomendações concentram-se na UFRR por ser a única instituição de ensino superior do estado que oferta o curso de bacharelado em Letras Libras. Além disso, o Programa MiSordo está diretamente vinculado ao curso, por meio da atuação de professores que coordenam ou coordenaram o programa (Lima; Bentes; Araújo, 2024). Ademais, diversos relatos de bolsistas que integraram o MiSordo ao longo dos anos indicam que as primeiras temáticas abordadas foram justamente aquelas ligadas à migração, à legislação migratória e ao acesso a serviços públicos no Brasil, além da própria LSV (Santos, 2023; Souza, 2024; Lima, Bentes; Araújo, 2024). Embora essas sugestões se concentrem na experiência da UFRR, elas podem ser adaptadas e incorporadas por outras instituições e em diferentes contextos geográficos.

No âmbito da pós-graduação, sobretudo nos programas de Estudos da Tradução, recomenda-se a inclusão de disciplinas e projetos que contemplem os contextos comunitários, migratórios e de fronteira. A criação de disciplinas específicas que abordem essas complexidades pode fortalecer a interface entre a tradução, multilinguismo e direitos humanos.

Quanto à formação continuada, propõe-se a ampliação da oferta de cursos como os realizados pelo Programa MiSordo. Tais iniciativas contribuem tanto para o desenvolvimento profissional dos TILS quanto para a expansão das possibilidades de atuação em um campo que exige preparo técnico, sensibilidade intercultural e compromisso ético.

Segundo Gorovitz, Carneiro e Martins (2023), a tradução e a interpretação comunitária vêm ganhando visibilidade em diversos espaços e têm sido cada vez mais requisitadas. No estado de Roraima, onde a migração é um fenômeno cotidiano, a necessidade de formação continuada para os TILS se torna evidente, especialmente diante do fato de que muitos não tiveram acesso a esse tipo de formação durante a graduação. A formação continuada, nesse sentido, contribui para superar perspectivas monolíngues ainda presentes na formação inicial e para promover uma abordagem que reconheça e integre o multilinguismo de línguas de sinais como elemento central nos currículos formativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi investigar as iniciativas de formação de tradutores e intérpretes de línguas de sinais voltadas para o atendimento de pessoas surdas migrantes, buscando compreender de que forma tais ações podem contribuir para a construção de um currículo específico para esse campo de atuação. A análise dos cursos realizados pelo Programa MiSordo e seus parceiros revelou informações relevantes sobre as abordagens formativas e os desafios enfrentados por profissionais que atuam em contextos multilíngues e interculturais.

Os cursos analisados demonstram uma preocupação evidente em adaptar a formação de TILS às demandas emergentes resultantes da presença de pessoas surdas migrantes no país. A ênfase em temáticas como acolhimento linguístico, direitos linguísticos migratórios e políticas linguísticas mostra-se essencial para a atuação em cenários de fronteiras e vulnerabilidade social. Essa abordagem está em consonância com os relatos de ex-bolsistas do Programa MiSordo e com as experiências práticas dos autores desta pesquisa.

Em uma análise comparativa, observa-se que apenas o segundo curso inclui uma oficina de prática em LSV e um enfoque mais explícito nas políticas linguísticas enquanto ações de natureza tanto individual, quanto coletivas. Após a conclusão dessa formação, estudos futuros poderão investigar como a experiência prática com a LSV contribuiu para



preparação dos participantes, especialmente no que tange à mediação linguística com pessoas surdas migrantes venezuelanas.

Ainda em relação ao segundo curso, os dados coletados destacam a importância das articulações colaborativas entre instituições de ensino superior (UERR, UFRR, UFOPA, UFSC, UFPEL, UFF, UFRN) e organizações da sociedade civil (Coletivo MigranSor e Associação de TILS de Roraima). Essa articulação fortalece as iniciativas e amplia as possibilidades de atuação em rede, promovendo ações mais abrangentes e com maior impacto social.

Apesar da impossibilidade de acesso a todos os documentos desejados — o que limitou uma análise mais aprofundada do primeiro curso — os dados disponíveis confirmam a relevância da oferta de cursos específicos para a capacitação de TILS em contextos migratórios. Evidenciam, também, a urgência de avançar no desenvolvimento de currículos voltados a essa realidade, que cada vez mais exige profissionais preparados para lidar com múltiplas línguas de sinais e com experiências migratórias diversas.

As ações analisadas, desenvolvidas no âmbito da extensão universitária, revelam a importância histórica e política das práticas extensionistas no cenário educacional brasileiro. Marcadas por um dinamismo impulsionado por movimentos sociais, essas práticas contribuem para a construção de um conceito de formação profissional comprometido com as demandas sociais reais. Nesse sentido, as formações oferecidas pelo MiSordo refletem diretamente a demanda da comunidade surda migrante por acesso, mediação linguística e inclusão. Sob a influência do pensamento de Paulo Freire (1992), compreende-se que a extensão universitária deve ser entendida como uma ação institucional dialógica, que promove uma troca horizontal de saberes entre a universidade e a comunidade.

Conclui-se, portanto, que este estudo contribui para ampliar as discussões sobre a formação de TILS em contextos de migração, e espera-se que possa fomentar o desenvolvimento de políticas linguísticas que atendam, de forma mais eficaz e equitativa, à crescente demanda por profissionais qualificados para atuar com pessoas surdas migrantes em contextos comunitários, multilíngues e de fronteira.

REFERÊNCIAS

BENTES, T.; ARAÚJO, P. J. P. **¡Sordos también migran!** A invisibilidade de migrantes surdos e o papel do intérprete humanitário. Centro Brasileiro de Estudos da América Latina



(Org.). Tradução Humanitária e Mediação Cultural para Migrantes e Refugiados. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2021, p. 58-65.

BENTES, T.; MENEZES, A. M. C; PINHEIRO, D. (orgs.). **Migrantes Surdos**: educação, tradução e direitos humanos. Santarém, Pará: Ufopa, 2024 (no prelo).

BENTES, T.; ALBANO, A. H. de O.; AZERÊDO, A.C. de. (orgs.). **Migrantes Surdos**: Línguas de Sinais, Tradução e Direitos Humanos. Santarém, Pará: Ufopa, 2023.

BENTES, Thaisy; MENEZES, Adriane Melo de Castro. Atividades de formação para o trabalho com migrantes e refugiados surdos em Roraima: experiências do programa de extensão MiSordo. **Revista da Extensão**, 2023.

FIGUEIREDO, N. M. A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2. ed. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2007.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MICHALISZYN, Mario Sergio; TOMASINI, Ricardo. **Pesquisa: orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos científicos**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SOUZA, Vanessa de Oliveira; ALBANO, Adriana Helena de Oliveira. Trajetórias com as comunidades surdas nacionais e internacionais: entrevista com Padre Antônio Ronilson Braga de Sousa (SJ). In: BENTES, Thaisy; ALBANO, Adriana Helena de Oliveira; AZERÊDO, Augusto Carlos de (Org.). **Migrantes Surdos: línguas de sinais, tradução e direitos humanos**. 1. ed. Santarém: Editora da Ufopa, 2023.

SOUZA, Vanessa de Oliveira. Experiências de Tradução e Interpretação para Surdos Migrantes Venezuelanos no âmbito do Programa Misordo. In: BENTES, Thaisy; ALBANO, Adriana Helena de Oliveira; AZERÊDO, Augusto Carlos de (Org.). **Migrantes Surdos: línguas de sinais, tradução e direitos humanos**. 1. ed. Santarém: Editora da Ufopa, 2023.

RODRIGUES, C. H. Da interpretação comunitária à interpretação de conferência: desafios para formação de intérpretes de língua de sinais. In: **Congresso Nacional de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais Brasileira**, Florianópolis. Anais... Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.